

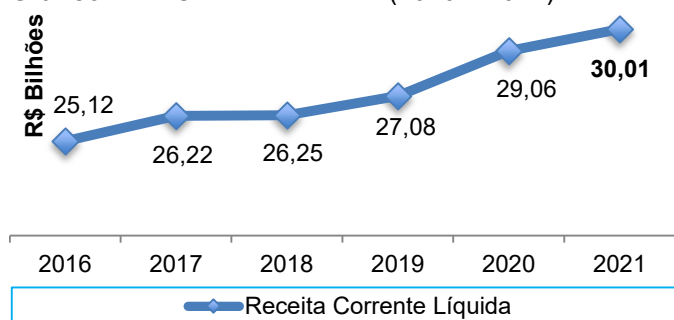
2º QUADRIMESTRE DE 2021

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (setembro/2020 a agosto/2021), da arrecadação tributária e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, tais como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verificam-se, desde 2017, seguidos incrementos da RCL, que atingiu seu maior patamar no atual quadrimestre, após um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Aumentos na arrecadação do ICMS e na cota-parte do FPE contribuíram para essa elevação.

Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2016 a 2021)



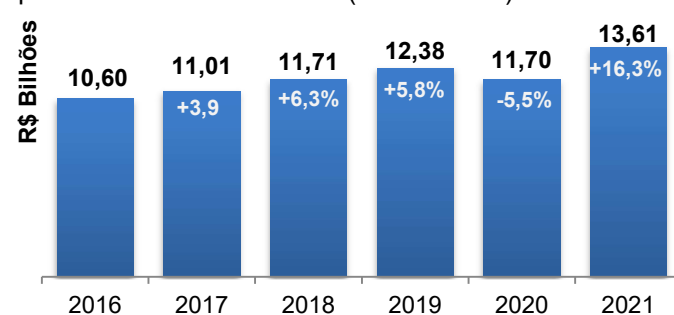
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL. Entre janeiro e agosto de 2021, a arrecadação desse imposto alcançou R\$ 13,61 bilhões, o que representa um aumento de 16,3% em relação ao mesmo período de 2020.

Apesar da queda ocorrida no ano passado, essa elevação permite que 2021 venha obtendo, até agora, desempenho superior ao de anos pré-pandemia.

Gráfico 2 – ICMS arrecadado até o segundo quadrimestre - Pernambuco (2016 a 2021)



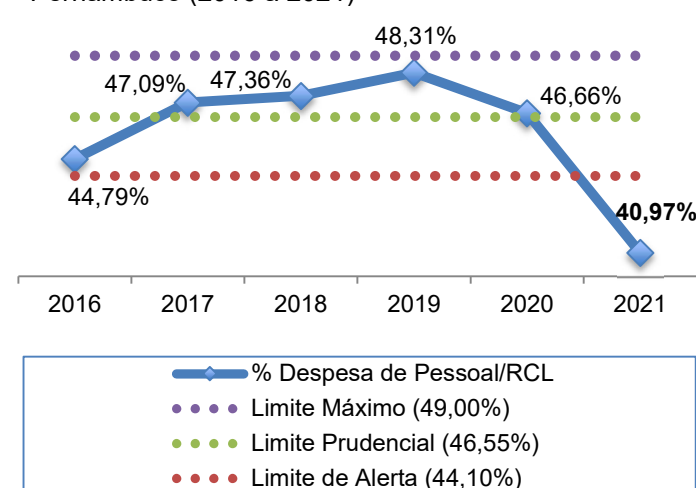
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para a análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

Ao final do 2º quadrimestre de 2021, o Poder Executivo encontra-se abaixo do limite de alerta.

Gráfico 3 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2016 a 2021)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).

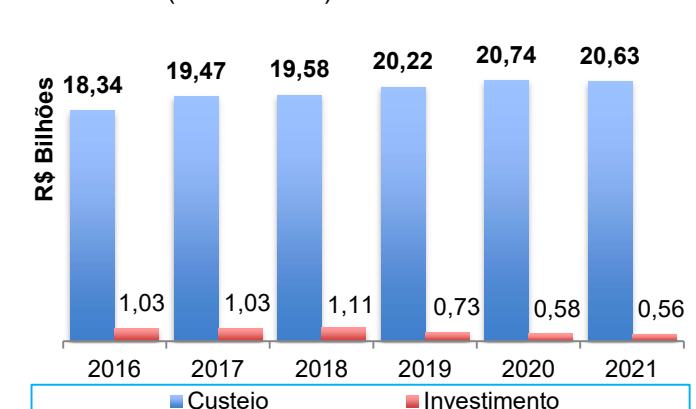
Custeio e Investimento

A relação entre custeio e investimento permite observar quanto o Estado é capaz de desembolsar com infraestrutura e, ao mesmo tempo, manter a administração pública em funcionamento.

O custeio compreende as despesas com pessoal e com outras despesas correntes (energia elétrica, material de expediente, etc.). Já os investimentos incluem tanto as obras quanto as inversões financeiras.

Os dados demonstram que os investimentos públicos atingiram o menor patamar da série histórica em 2021.

Gráfico 4 – Despesas com Custeio e com Investimento – Pernambuco (2016 a 2021)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização). Nos dois primeiros quadrimestres de 2021, o Funafin registrou déficit de R\$ 1,28 bilhão. Já o Funaprev, em funcionamento desde agosto de 2020, registrou apenas receitas, que totalizaram R\$ 23,1 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R\$ 939,1 milhões. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2021

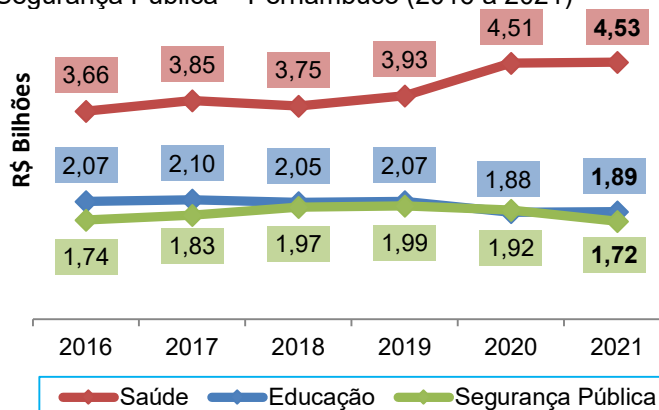
Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	23,1	0,0	23,1
Funafin	1.677,3	2.957,6	-1.280,2
Proteção Social Militar	251,0	1.190,1	-939,1

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).

Despesas por Função

Segundo o último demonstrativo de despesas por função publicado pelo Poder Executivo, verifica-se que, dentre as principais áreas de atuação do Estado, a Saúde e a Educação mantiveram-se praticamente estáveis entre 2020 e 2021. A área de Segurança Pública, por outro lado, apresentou uma leve redução real de gastos nesse período.

Gráfico 5 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2016 a 2021)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

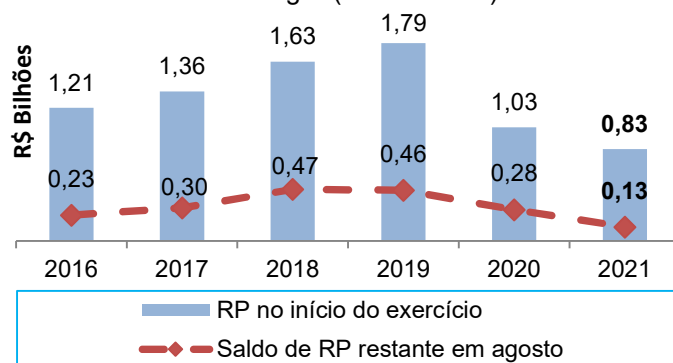
Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

O total de Restos a Pagar do Estado de Pernambuco no início de 2021 era equivalente a R\$ 833,2 milhões. Até agosto, já haviam sido pagos R\$ 667,3 milhões e cancelados outros R\$ 38,4 milhões, resultando em R\$ 127,5 milhões (0,13 bilhão no gráfico abaixo) pendentes de pagamento.

Observa-se que o saldo a quitar de Restos a Pagar do exercício de 2021, ao final de agosto, é o menor valor de todo o período de referência, sendo 55,2% menor do que o registrado nessa fase de 2020.

Gráfico 6 – Restos a Pagar (2016 a 2021)



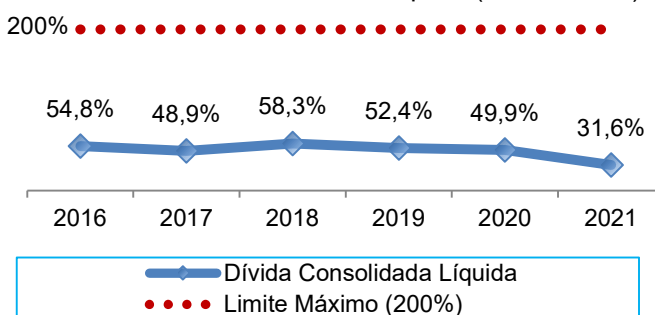
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da Receita Corrente Líquida. O patamar pernambucano em agosto de 2020 foi equivalente a 31,6%, bem abaixo do limite máximo.

Gráfico 7 – Dívida Consolidada Líquida (2016 a 2021)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).